

Ordo senatorius et ordo equester: a equiparação das ordens superiores romanas e o apoio ao Sistema do Principado

Alex Aparecido da Costa
Renata Biazotto Venturini

Resumo: Nos primeiros séculos do período imperial o sistema político romano denominado Principado convivia com reminiscências do período republicano, além disso, Augusto, fundador do novo regime havia se apresentado como restaurador da República. Tratava-se, portanto de um momento de ambigüidade, já que a centralização autocrática do príncipe contrastava com as diretrizes do regime anterior, pautado pela divisão do poder por meio do exercício das magistraturas, cargos políticos colegiados com mandatos anuais. A ordem senatorial, que desempenhara aquelas funções, manteve durante o Principado importante posição devido à sua riqueza e passado tradicional, apesar do relativo esvaziamento de seu papel político decisório. Em razão disso, esse grupo social, juntamente com a ordem equestre, continuou a cumprir um papel institucional importante. Este artigo procura destacar aspectos da reacomodação desses grupos dentro das exigências da nova realidade política, apontando seus papéis na manutenção do sistema do Principado.

Palavras-chave: Império Romano, instituições, tradições.

Ordo senatorius et ordo equester: the equalization of Roman superior orders and the support to Principate system

Abstract: In the early centuries of the imperial period the political roman system called Principate lived with reminiscences of the republican period, moreover, Augusto, founder of the new regime had introduced himself as a restorer of the Republic. It was therefore a moment of ambiguity, since the autocratic centralization of prince contrasted with the guidelines of the previous regime, marked by the division of power through the exercise of the magistracy, political office boards with annual terms. The senatorial order, who played those roles, maintained during the Principate important position because of its wealth and traditional past, despite the relative emptying of its decision-making political role. As a result, this social group, along with the equestrian order, continued to play an important institutional role. This article seeks to highlight aspects of the re-accommodation of these groups within the requirements of the new political reality, pointing their roles in the maintenance of the Principate system.

Key words: Roman Empire, institutions, traditions.

Introdução

O advento do Principado, sistema político que governou o mundo romano nos primeiros séculos do período imperial é marcado por inúmeras ambiguidades, pois pressupunha a manutenção das instituições republicanas sob a direção do *princeps*, o primeiro cidadão. Este, a despeito de construções ideológicas sobre seu papel político exercia de fato um poder autocrático que contrariava em muitos aspectos as diretrizes da extinta República, estivessem elas preservadas ou relegadas na dinâmica do novo regime. Ou seja, o príncipe, segundo a proposta de Augusto, fundador do Principado, era o guardião e restaurador da República, mas acumulava poderes e prerrogativas que eram explicitamente vedados a um único indivíduo nos tempos republicanos. Em síntese, “a construção de um novo sistema político deveria ser elaborado fora do âmbito do sistema republicano de governo, porém em torno de práticas existentes nas relações de poder” (MENDES, 2006, p. 26).

No que podemos entender como um complexo enquadramento de forças em que se colocavam o príncipe e as interpenetrações necessárias para a sobrevivência relativa dos estatutos republicanos durante o Principado, o papel das ordens superiores da sociedade romana foi importante para o equilíbrio e acomodação das novas e antigas instituições. Evidentemente o debate relativo ao quadro acima sumarizado não pode ser satisfatoriamente esmiuçada dentro dos limites do presente artigo. Nesse sentido, a proposta aqui apresentada é de apontar elementos que ajudem a entender, no período, as posturas e os comportamentos dos grupos dirigentes da sociedade romana: a ordem senatorial, a aristocracia ancestral romana, que controlara o governo republicano e buscava manter suas tradições e seu papel como órgão político do estado, e a ordem equestre, cujos elementos no período republicano habitualmente envolviam-se em atividades comerciais e na constituição de sociedades responsáveis pela coleta de impostos, e que paulatinamente passou a integrar os quadros administrativos do Principado juntamente com membros da ordem senatorial. Na esteira dessa discussão pretendemos demonstrar de que forma senadores e equestres atuaram para se acomodarem no novo regime, que em muitos aspectos favoreceu esses grupos mesmo diante das contradições do ponto de vista senatorial, que os equestres assumiam conforme sua ascensão.

Senadores, cavaleiros e o imperador: a construção de uma conciliação

O Principado, como um novo modelo político foi uma estrutura que adequava suas instituições de acordo com seu próprio desenvolvimento, dessa forma interessa investigarmos de que forma as ordens já citadas contribuíram para a construção do sistema. Nesse sentido, propondo uma abordagem minimamente contextualizada do período, procuraremos compreender aspectos dessa transformação tendo como contraponto a relativa perenidade das tradições republicanas, expressa nas ideias morais e políticas *virtus*, que caracterizava o homem direito que elencava em ordem de importância o Estado, a família, posicionando em último lugar a si mesmo, e *mos maiorum*, sintetizada pelo respeito em relação aos costumes ancestrais compreendidos pelos romanos como razão da grandeza do Estado.

Ao analisarmos as duas ordens superiores da sociedade romana, devemos compreender que em certos aspectos elas tendiam a equiparação apesar de suas diferenças estatutárias. Segundo Corassin (2001, p. 66-67), embora Augusto tenha estabelecido distinções claras entre as ordens por meio de censo específico: 1 milhão de sestércios para o Senado e 400 mil sestércios para a ordem equestre, cavaleiros com carreiras relevantes eram promovidos à ordem senatorial, privilégio que se estendia também aos descendentes. A equiparação entre as classes dirigentes do império permitiu aos césores diluir a oposição ao novo regime, oriunda principalmente dos altos estratos senatoriais de Roma, por meio da introdução de italianos e provinciais enriquecidos pelo desenvolvimento do Império. Ascendendo na carreira pública por meio do exercício das magistraturas do *cursus honorum*¹ os cavaleiros, assim que ascendiam ao Senado adotavam gradualmente a *forma mentis* de sua nova ordem. Nesse processo tinha importante papel o sistema de patronato, no qual apoio e amparo, político, econômico ou jurídico era mutuamente trocado entre indivíduos de status sociais distintos, o que favorecia a aquisição da mentalidade senatorial por parte dos cavaleiros e garantia a coesão dessas duas camadas no tecido social do império. Além disso, as

¹ Ordem em que os cargos políticos e militares eram desempenhados, assim a carreira pública de um romano era composta por cinco estágios principais: questura, edilidade, tribunado, pretura e, por fim o mais alto de todos, o consulado.

correntes que ligavam os cavaleiros ao príncipe tinham em seus elos elementos do *ordo senatorius*. Dessa forma, a cooperação entre os membros das duas ordens era necessária, pois a forma de ascensão social ocorria por meio das relações patronais aliadas à prestação de serviços ao Estado.

A principal distinção entre senadores e *equites* no interior do sistema do Principado decorre de que estes foram então, mais do que antes, chamados a participar ativamente da nova e racionalizada administração imperial.

Aos equestres foi reservada a gerência dos bens imperiais. Chamados de procuradores dirigiam os serviços financeiros das províncias imperiais, algumas das principais funções administrativas no interior da cidade de Roma e, também, nas províncias senatoriais onde o imperador possuía bens (MENDES, 2006, p. 32)

Como os cavaleiros estavam tradicionalmente ligados às atividades comerciais do mundo romano, alçá-los à administração financeira do império foi um passo lógico. Esse progresso, à primeira vista, poderia significar um recuo do campo de atuação do Senado, porém, isso não ocorreu de fato. Mendes (2006) afirma que sob o império foi criada uma aristocracia de serviço sob o controle do príncipe, na qual a influência das ordens era equilibrada pela presença de senadores e cavaleiros na administração imperial. Assim, ficava preservado o prestígio do *ordo senatorius* ao mesmo tempo em que era reduzido seu poder político. Além disso, sua recomposição se dava pela entrada de *homines novi*, homens novos, oriundos da ordem equestre. Ocorria, portanto, uma equiparação ambígua das ordens, onde as distinções e as semelhanças eram alimentadas em favor da estabilidade e coesão do sistema imperial.

Nesse quadro de conciliação, a aceitação dos conceitos morais caros ao Senado acerca dos assuntos políticos promovia uma relativa, porém significativa, homogeneização nessa nova aristocracia a respeito da idealização do homem público romano, com bases nas ideias tradicionais nascidas sob a República e no sistema

filosófico majoritário, que então era o estoicismo, escola que, em síntese, prezava as virtudes dos indivíduos como forma de aperfeiçoamento e elevação moral.

O apelo à *virtus* e ao *mos maiorum* traduzidos pelo estoicismo na propaganda imperial respondia à necessidade de adequar a figura do príncipe a uma imagem de homem político que atenderia as exigências da realidade do império. A filosofia estoica cumpria esse papel por possuir a concepção, que o César deveria adotar para si, segundo a qual o homem sábio não podia considerar-se cidadão apenas de sua cidade, mas de um mundo integrado e não dividido em cidades (BRUN, 1986, p. 88-89). O César, ao priorizar tal postura, conseqüentemente, atenderia os anseios das ordens senatorial e equestre, em parte compostas por provinciais, cuja inserção no mesmo sistema político e administrativo induzia a uma conciliação de interesses e ideias em prol do Estado.

Apesar da perda da primazia política que os senadores gozavam durante a República o novo regime não os deslocou completamente das importantes posições que ocupavam no interior da sociedade romana. Tal permanência exigia do príncipe uma busca constante de equilíbrio entre os interesses da cúria e as demandas centralizadoras que a administração do império impunha. Fato favorável ao Principado foi que os Césares, apesar de precisarem respeitar a mentalidade republicana do Senado, não fizeram essa conciliação diretamente com os representantes concretos do antigo regime devido à nova constituição das camadas superiores.

Na relação com os membros do Senado a ambigüidade do regime encontrava uma dificuldade que a propaganda imperial muitas vezes não podia contornar. Rouland (1997) a aborda explicando que o projeto de restauração das tradições exigiria, na verdade, o restabelecimento das antigas prerrogativas da aristocracia. Ou seja, um retrocesso em um sistema que ainda procurava se estabelecer, cujo desenvolvimento buscava superar as deficiências do modelo oligárquico representado pela ordem senatorial, ainda mais pelo fato de que entre os senadores havia elementos contrários ao novo regime. “A solução, dessa forma, é uma só: conservar o quadro e o nome, mas alterar-lhes o conteúdo. O novo Senado não será mais composto daqueles mesmos homens da aristocracia republicana antiga” (ROULAND, 1997, p. 367). A respeito da renovação da ordem, Rouland acrescenta:

O imperador preenche esses vazios [criados pelas guerras civis, proscrições e baixa natalidade] nomeando um Senado de “homens novos”. Estes provêm exatamente daquelas elites provinciais que desejaram profundamente o regime imperial. Entre 68 e 96, o percentual dos senadores italianos passa de 83% para 76%, e o dos senadores provinciais avança de 16,8% para 23% e entre estes se contam 75% de ocidentais e 15% de orientais. Esse novo contingente constituirá para o imperador um apoio político muito mais seguro: o Senado passará a ser um instrumento dócil às suas vontades. É dentre seus quadros que ele escolherá os governadores das províncias, os superintendentes das legiões e os chefes dos grandes serviços públicos (curadores) (ROULAND, 1997, p. 367-368)

Esses dados quantitativos exemplificam o processo de expansão da cidadania e do sistema político da *Urbs* para todo o império, associado ao desejo das elites provinciais pelo regime imperial. Isso demonstra que havia uma insatisfação com a administração republicana das províncias, que durante as guerras civis foram espoliadas para sustentar os exércitos das facções rivais. Sob o Principado, os governadores nomeados pelo príncipe, administrando as províncias segundo suas orientações tornaram o sistema mais racional, especialmente porque a subordinação direta ao imperador desestimulava o uso desses cargos em benefício de ambições pessoais. A correspondência entre o imperador Trajano e Plínio, o Jovem, quando este era legado na província do Ponto-Bitínia exemplifica o quadro descrito. Em razão de uma questão fiscal é assim que o governador dirige-se ao príncipe “Eu rogo por tua boa vontade para que me dite a conduta que em tua opinião eu devo observar. Eu temo ultrapassar os limites da minha autoridade ou ficar abaixo dela.” (*Ep.* 10. 47)

As próprias palavras do governador denotam certa falta de autonomia, pois a cidade em questão, Apameia, possuía privilégios particulares (SHERWIN-WHITE, 1998, p. 629) sobre os quais somente o César podia decidir. A centralização decisória exigida por Trajano apresenta-se ao final de sua resposta a Plínio: “para recompensar sua probidade, que eles saibam doravante que este controle, é por minha vontade que tu o exercerás, respeitando, porém, os privilégios que eles possuem” (*Ep.* 10. 48). Explícita na resposta do príncipe está também o respeito imperial pelas tradições locais,

e é essa consideração que ajuda a esclarecer os motivos pelos quais as elites provinciais saudaram o regime imperial.

Observando a questão do ponto de vista desses novos senadores oriundos das regiões conquistadas percebemos que era nocivo ter suas propriedades, seus interesses e sua clientela subordinada aos humores e às ambições de sucessivos governadores vindos da nobreza romana, desvinculados, portanto, das questões e costumes locais. Com o sistema imperial as províncias eram melhor administradas, pois o apoio do senadores locais ao príncipe era importante para contrapor a oposição da aristocracia de Roma ao novo regime. Acrescentamos ainda, que as elites provinciais tinham a possibilidade de levar à capital do Império suas queixas contra eventuais abusos de seus governadores: é o que podemos verificar na correspondência pliniana em relação às províncias Bética na Hispânia e África Proconsular (*Ep.* 1. 7; *Ep.*2. 11). Contudo, essa estrutura de antagonizações não era garantia para o novos senadores e seus interesses provinciais, pois caso o príncipe se sentisse suficientemente forte na *Urbs* ou fosse alheio às questões provinciais certamente não dispensaria uma política tão favorável às demais regiões do império. Submetida a legados que respondiam a um governante de poder vitalício interessava à nova aristocracia imperial que o príncipe correspondesse às suas expectativas e atuasse como um bom governante. Portanto, a união dos membros do Senado imperial dava-se em torno do desejo comum de obedecer a um governante capaz de equilibrar os diversos interesses da *Urbs* e do *immensum corpus imperii*.

Vemos, pois, que ao lado de seus interesses particulares os senadores colocavam os valores de sua ordem, os quais por sua vez eram afirmados na excelência de suas contribuições a serviço do Estado. Isso significava que o príncipe deveria permitir o exercício das magistraturas e a *libertas* republicana aos senadores que, apesar das limitações do regime imperial, desejavam “crer que a república existe” (*Pan.* 93. 3). De fato, ela persistia no seio da ordem e permaneceu enquanto as conjunturas do Principado permitiam o estabelecimento de um *modus vivendi* que conciliava as instituições republicanas com o poder imperial, portanto,

O senado, durante o Império, continua a ser em qualquer lugar “o símbolo da *res publica*”, a “instituição que ultrapassa cada governante”. Ele não perde, de um momento para outro, o seu peso político. Atravessa fases alternadas e sofre um progressivo declínio entre Augusto e os eventos cruciais de 238, o ano que “assinala o fim de uma era”; mas o seu papel permanece importante por muito tempo, no campo religioso e diplomático, legislativo e judiciário (BRETONE, 1990, p. 167).

Porém, o sentimento era de uma decadência gradual da ordem durante o Principado. Tal situação, vivenciada pelos senadores, foi certamente uma das mais importantes motivações para que o discurso resgatador das tradições e das antigas ideias morais e políticas estivesse presente em discussões senatoriais. Nesse contexto o César buscava conciliação com os interesses do *ordo senatorius* por meio de elementos que se mostravam mais afeitos ao regime.

A atuação de Plínio, o Jovem, senador romano de origem equestre que desenvolveu sua carreira pública sob as dinastias Flávia e Antonina, séculos I e II d. C., e exerceu as mais altas magistraturas na época de Trajano, cujas obras já serviram aqui para ilustrar aspectos da relação entre o príncipe e a ordem senatorial exemplifica este quadro de permanências e mudanças que marcou o Senado durante o Alto Império. A aceitação da ordem política imperial partia dos senadores beneficiados pelo novo sistema e que compreenderam a importância do poder pessoal centralizado como prevenção aos distúrbios da República tardia. Eles se contentavam com o respeito, ainda que parcial, por parte do príncipe em relação à *libertas* e à *dignitas* do Senado, traduzido na garantia de sua participação na condução do Estado romano.

Todavia, não foram apenas as novas configurações do Senado que contribuíram para a acomodação das instituições ao sistema imperial. O estoicismo exacerbado de setores da aristocracia, que execrava o poder pessoal, deu lugar, entre as elites, às expressões estoicas que estavam mais alinhadas à realidade, e foi a adesão a esses aspectos da filosofia, por parte de alguns imperadores, caso de Trajano e, posteriormente, de Marco Aurélio, que facilitou a conciliação da ordem com o aparelho político do Principado. Portanto, o cosmopolitismo universalista estoico foi a base

filosófica que justificou a integração das províncias, especialmente das elites, no sistema social da aristocracia romana do Alto Império.

Incorporando-se a esse sistema ideológico, os membros da ordem equestre atuaram de forma coesa no interior do sistema social romano, pois suas diferenças em relação à ordem senatorial eram francamente relativizadas, já que a ascensão política e econômica de seus elementos e de sua clientela dependia da aceitação das instituições estabelecidas. Os *equites*, sob o Principado, desempenharam principalmente as funções administrativas e burocráticas criadas pelo novo regime. Esse direcionamento dos membros da ordem equestre para o aparelho do Estado e a serviço do príncipe ocorreu, sobretudo, devido às funções que em grande medida eram por eles desempenhadas na sociedade romana.

Havia entre eles grandes comerciantes, e grandes empresários e banqueiros, como, por exemplo, Cornélio Senécio, que segundo Sêneca recorria a todos os meios de ganhar dinheiro, inclusive ao contrato para a cobrança dos direitos alfandegários, usual entre os cavaleiros (*Ep.*, 101, 1 sgs.). De uma maneira geral, os membros da ordem equestre estavam mais interessados que os senadores noutras fontes de rendimento para além da terra, embora esta continuasse a ser a principal fonte também para eles (ALFÖLDY, 1989, p. 139).

Esse relativo dinamismo econômico dos *equites*, que os diferenciava dos senadores, nos ajuda a compreender a opção dos príncipes para com eles comporem o aparato administrativo do império. O que pode ser descrito com o já citado Plínio, o Jovem, que foi uma figura modelar de cavaleiro que ascendeu em sua carreira política a serviço do Estado romano devido às suas qualidades de administrador de suas propriedades privadas. Tal figura inseria-se em um panorama geral da ordem equestre sob o Principado. Tendo em vista as características próprias dos *equites*

Os principais cargos civis que lhe são oferecidos são as procuradorias financeiras, os grandes serviços públicos (administração, anona, *cursus publicus*); os cargos militares são o comando das legiões do

Egito, o comando das frotas, a prefeitura dos guardas, a prefeitura do pretório; os cargos mistos são os governos provinciais: Egito, províncias ditas procuratórias (ROUGÉ, 1969, p. 144-145).

A partir da enumeração dos cargos desempenhados pelos cavaleiros temos uma visão do aparelho administrativo do Estado e podemos, inclusive, perceber um aspecto interessante do governo imperial. Na *Urbs* e por todo o império os grandes homens públicos empreendiam uma prática essencial para o sucesso político no mundo romano, trata-se do “patrocínio comunitário, isto é, despesas privadas em larga escala, obrigatórias ou voluntárias, para fins comuns – templos e outras obras públicas, teatro e espetáculos de gladiadores, festivais e festas – em troca da aprovação popular” (FINLEY, 1997, p 48).

Tal prática, conhecida como evergetismo, na qual se confundia “o homem público e o homem privado” (VEYNE, 1991, p.117) resultava sempre em prestígio político para aquele que a desempenhasse. Mas, durante o Principado, todas as ambições políticas que aspirassem ir além das localidades municipais estavam submetidas à *auctoritas* do imperador. Nesse sentido, os cavaleiros em suas funções eram representantes da nova racionalidade administrativa, e estavam submetidos às práticas tradicionais cujos benefícios políticos não convergiam apenas para quem as praticava, uma vez que o correto desempenho de suas designações e encargos era traduzido, em última instância, na capacidade do príncipe de escolher os melhores cidadãos para ajudá-lo a gerir o império.

Essa relação, que mantinha os *equites* ligados ao príncipe, inseria essa classe no tradicional sistema do patronato romano, que, conforme Alföldy (1989), colocava todos os cidadãos sob a figura do imperador. Assim, suas peculiaridades funcionais, que os diferenciava *a priori* dos senadores, eram adequadas ao quadro das instituições tradicionais que buscavam manter o novo regime alinhado às formas de organização social às quais os romanos estavam mais habituados. E uma das formas mais eficazes para isso era manter presente a perspectiva de ascensão política, assim a ambição pessoal dos cavaleiros era estimulada, pois os imperadores os favoreciam.

Aqueles que se distinguiam nesta carreira tinham a perspectiva de não permanecer na ordem equestre; chamados ao Senado pelo imperador – *adlecti* - ,frequentemente para a classe dos senadores pretorianos, eles podiam então percorrer a carreira senatorial até os altos cargos (ROUGÉ, 1969, p. 145).

Diante disso, vemos que os cavaleiros estavam em um processo de equiparação com a ordem senatorial, e isso interessava ao César, pois tal movimento solidificava a coesão do império e respaldava o sistema político do Principado unindo os dois grupos a serviço do Estado, os quais em contrapartida exigiam do príncipe um comportamento modelar que fosse ao encontro de seus interesses. A acomodação dos *equites* ao governo imperial se dava principalmente pela possibilidade de ascensão política sob o beneplácito do príncipe. Além de integrar o aparato administrativo do Estado

Os cavaleiros mais qualificados e mais ambiciosos podiam depois ascender ao cargo de *procurator Augusti*, o lugar mais elevado da administração econômica e financeira do Império, ou ainda serem governadores de algumas províncias menores. Os mais capazes eram finalmente nomeados para os mais altos cargos da corte (ALFÖLDY, 1989, p. 141).

Todavia, devemos levar em consideração que o Senado, pela limitação de assentos não poderia oferecer acesso a todos os cavaleiros em ascensão. Assim, o contingente excedente ocupava posições que ao menos os aproximava da ordem senatorial. Além disso, o papel dos *equites* não deve ser supervalorizado, o próprio Alföldy (1989, p. 142) ressalta isso ao apontar que os papéis políticos mais importantes no período imperial permaneciam nas mãos dos senadores. Entretanto, devido à importância de alguns cargos reservados aos cavaleiros, aqueles que tinham a honra de exercê-los adquiriam níveis de prestígio que os equiparavam com os altos escalões do *ordo senatorius*. É o que podemos observar na pirâmide proposta por Alföldy (1988) para a sociedade romana imperial, na qual o afunilamento da parte superior da figura

representando a ordem equestre, e que avança no campo relativo ao Senado significa a interpenetração de membros do *ordo equester* em cargos cuja distinção igualava-os com os senadores.

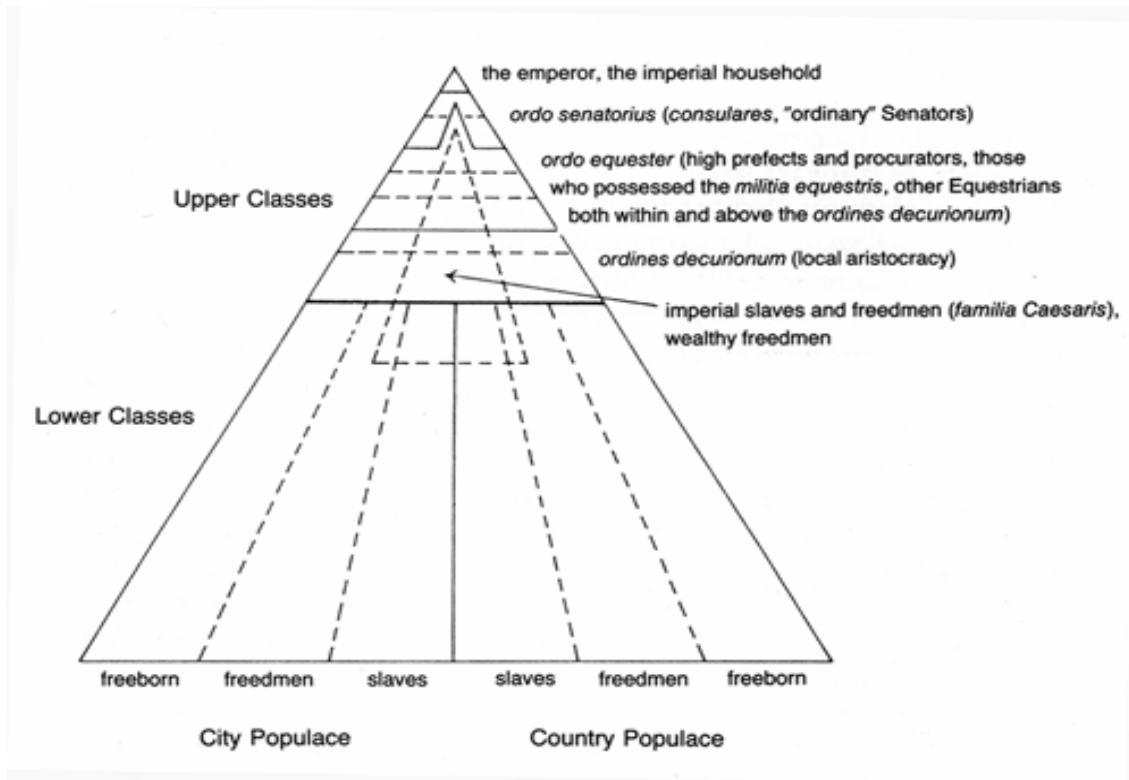


Figura 1: A estrutura de ordens e camadas da sociedade romana.

Fonte: Alföldy, 1988

No embate entre a nova realidade política, representada pelo advento do sistema imperial, e o apelo à preservação das tradições republicanas defendida por grupos senatoriais, os *equites* serviram ao príncipe como um fator de compensação necessário à constante busca de equilíbrio presente nos primeiros tempos do Principado. Conforme o novo regime caminhava para sua consolidação a equiparação das duas ordens em seus estratos mais altos pode ser traduzida pela adoção equestre das características da ordem senatorial que, abandonando os zelos republicanos mais exacerbados, passou a apoiar o novo regime, exigindo, porém, uma excelência moral dos homens políticos a frente do Império. Portanto, apesar das diferenças, senadores e equestres compartilhavam um

modelo comum de príncipe ideal, fundado, sobretudo, nas noções republicanas de *virtus* e *mos maiorum* e no estoicismo, que predominavam no pensamento e nas orientações políticas das elites do sistema imperial romano.

Considerações finais

Em síntese, percebe-se que a ordem senatorial na época do Principado era um corpo social e político que gozava de muito prestígio e riqueza. Embora guardasse muitos valores republicanos, o novo regime era muito favorável aos seus membros, pois em seu interior eram escolhidos os indivíduos que deveriam participar da administração imperial, especialmente porque fora recomposto com provinciais que anteriormente estavam excluídos da participação política. Além disso, a posição central do príncipe reforçava as relações de patronato, indispensáveis para a ascensão na carreira pública. Como patrono do império, o César fazia convergir para si e para os interesses governamentais as aspirações de senadores e *equites*, favorecendo a coesão e a cooperação desses dois grupos sociais em favor do Estado. Portanto, era sobre essa estrutura que se assentavam o poder e as condições favoráveis do governo no mundo romano. Sem essa conjunção de atitudes e ideias harmônicas entre o César e a aristocracia, ou mesmo no interior dos grupos aristocráticos, a estabilidade do sistema ficava prejudicada, favorecendo a ocorrência de conspirações, crises e conturbações sucessórias indesejáveis.

Agradecimentos

Agradecemos aos pareceristas anônimos que avaliaram este artigo, pois seus comentários, correções e sugestões foram essenciais para aprimorar a qualidade do texto. Quanto às ideias aqui apresentadas, ressaltamos que são de inteira responsabilidade dos autores.

Referências

I – Fontes

PLINE LE JEUNE. *Lettres: Livre X et Panégyrique de Trajan*. Texte établi et traduit par Marcel Durry. 5 ed. Paris: Les Belles Lettres, 2002, p. 200.

PLINIO EL JOVEN. *Cartas*. Introducción, traducción y notas de Julián González Fernández. Madrid: Editorial Gredos, 2005, p. 598.

II - Bibliografia

ALFÖLDY, Géza. *História social de Roma*. 1 ed. Lisboa: Presença, 1989, p. 264.

_____. *The social history of Rome*. Translated by David Braund. 1 ed. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1988, p. 264.

CORASSIN, Maria Luiza. *Sociedade e política na Roma Antiga*. 1 ed. São Paulo: Atual, 2001, p. 128.

BRETONE, Mario. *História do direito romano*. Tradução de Isabel Teresa Santos. 1 ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1990, p. 381.

BRUN, Jean. *O estoicismo*. 1 ed. Lisboa: Edições 70, 1986. p. 116.

FINLEY, Moses. *Política no mundo antigo*. Tradução do gabinete editorial de Edições 70. 1 ed. Lisboa: Edições 70, 1997, p. 176.

MENDES, Norma Musco. O sistema político do Principado. In: MENDES, Norma Musco; SILVA, Gilvan Ventura. (org.). *Repensando o império romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. 1 ed. Rio de Janeiro/Vitória: Mauad/EDUFES, 2006, p. 21-51

ROUGÉ, Jean. *Les institutions romaines*. 1 ed. Paris: Armand Colin, 1969, p. 320.

ROULAND, Norbert. *Roma, democracia impossível?: os agentes do poder na Urbs romana*. Tradução de Ivo Martinazzo. 1 ed. Brasília: UNB, 1997, p. 478.

SHERWIN-WHITE, Adrian Nicholas. *The letters of Pliny: a historical and social commentary*. 1. ed. Oxford: Clarendon Press, 1998, p. 808.

VEYNE, Paul. O império romano. In: VEYNE, Paul (org.). *História da vida privada: do Império Romano ao ano mil*. Tradução de Hildegard Feist. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 19-223.